

APROXIMAÇÕES ENTRE HISTÓRIA REGIONAL E HISTÓRIA AMBIENTAL: A FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO

Débora Nunes de Sá
Universidade de Passo Fundo
Mestranda em História – Bolsista CAPES
nunesdesaa@gmail.com

Resumo:

Este artigo discute e define os critérios para o recorte espacial da investigação sobre a história da Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA PF), Unidade de Conservação de Uso Sustentável, inserida no Bioma Mata Atlântica e localizada no município de Mato Castelhano no Rio Grande do Sul. Situa a análise na interface entre a História Ambiental e a História Regional e define uma região que não se restringe a um espaço delimitado política e administrativamente, mas pela área de influência da FLONA PF, estendendo-se por diversos municípios.

Palavras-chaves: Região. Floresta Nacional de Passo Fundo. Instituto Nacional do Pinho.

Abstract:

This article discuss and define the criterion to the spatial area of the investigation about the Passo Fundo National Forest history, Conservation Unit of Sustainable Use, inserted in the Atlantic Forest Biome and located at Mato Castelhano, state of Rio Grande do Sul. Put the analysis on the interface between the Environmental History and the Regional History and define a region that is not restricted to political and administrative boundaries, but by the area of the FLONA PF influence, sprawling through several cities.

Keywords: Region. Passo Fundo National Forest. Pine National Institute.

O Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão paraestatal criado em 1941, implementou, dentro de sua política de “reflorestamento” ou monocultivo de árvores, a formação de Parques Florestais na região Sul do Brasil. Criou o Parque Florestal José Segadas Viana em 1946, então localizado no município de Passo Fundo, que hoje é a Floresta Nacional de Passo Fundo (FLONA PF), Unidade de Conservação de Uso Múltiplo Sustentável com 1.275 hectares de superfície, localizada no município de Mato Castelhano, no Rio Grande do Sul.

O presente artigo tem o propósito de responder a seguinte questão: Em um estudo de História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo, agora em andamento, como fazer o recorte regional? A resposta é formulada a partir da interpretação de um conjunto de fontes primárias, algumas inéditas, com base nas referências metodológicas e conceituais da História Ambiental e da História Regional.

Na primeira parte do artigo, apresenta o contexto de criação do Parque Florestal e a sua mudança para Floresta Nacional de Passo Fundo. Na segunda parte apresenta-se a floresta como objeto de estudo de vários pesquisadores dedicados à História Ambiental,

contexto no qual se insere esta pesquisa sobre a FLONA PF. Na terceira e mais importante parte discute-se a interface entre a História Ambiental e a História Regional, especificando os critérios para o recorte espacial do estudo da FLONA PF.

De Parque Florestal José Segadas Viana à Floresta Nacional de Passo Fundo

O INP representava os interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho dos estados do sul do Brasil, que compreendia o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (BRASIL, 1941), com objetivos de longo prazo. Sua denominação fazia referência ao “Pinho”, madeira da *Araucaria angustifolia* ou pinheiro brasileiro, uma espécie florestal nativa, de ocorrência endêmica no Sul do Brasil, que se encontrava em ambientes florestais de altitudes elevadas à mais de 500 metros. O órgão também era responsável, contudo, pelo controle de outras espécies florestais. A denominação específica “do Pinho” se deve à importância econômica desta madeira e à busca de soluções para os problemas na sua extração e “produção”, considerada a mais vantajosa na época.

Reorganizado em 1942, sob o Decreto-Lei n. 4.813, de 8 de outubro daquele ano, passou a integrar a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O mesmo Decreto-Lei definiu que o estado de São Paulo também passava a ter representatividade do INP e que o Instituto seria orientado por uma Junta Deliberativa e dirigido por um Presidente, contando também com Juntas Regionais nos estados de sua atuação.

A Junta Deliberativa era composta, no total, por oito membros, dos quais quatro representavam os governos estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e mais quatro representantes dos produtores, industriais e exportadores de pinho, que eram escolhidos entre os componentes das Juntas Regionais dos respectivos estados. Dentre várias atribuições, a Junta Deliberativa tinha que projetar a política econômica do INP, deliberar sobre o projeto de orçamento anual e de administração apresentados pelo presidente do órgão e propor medidas para a proteção da “produção” de pinho e desenvolvimento do comércio dessa madeira (BRASIL, 1942).

O Presidente da República era quem escolhia e nomeava o presidente do Instituto Nacional do Pinho. Este tinha, entre várias atribuições, a de liderar os serviços de administração, admitir e dispensar funcionários, chefiar reuniões, fazer com que fossem executadas as determinações da Junta Deliberativa, determinar e aplicar penalidades à quem descumprisse os regulamentos do INP, enfim tomar “*as medidas necessárias à boa administração do Instituto*” (BRASIL, 1942).

Cada estado possuía uma Junta Regional, responsável por questões administrativas do seu respectivo estado, que era subordinada ao INP, composta por um Delegado Regional, designado pelo Presidente, o representante da Junta Deliberativa e por

representantes dos “produtores”, industriais e exportadores de madeiras (BRASIL, 1942). O mesmo decreto definiu as atribuições do INP:

I estabelecer as bases para a normalização e defesa da produção madeireira; II coordenar os trabalhos relativos ao aperfeiçoamento dos métodos de produção e orientar sua aplicação; III providenciar a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazéns de madeira; IV fomentar o comércio do pinho e outras essências florestais, no interior e no exterior do país; V estudar as atuais condições de transporte nas regiões madeireiras e estabelecer um sistema de circulação da produção, tendo em vista as necessidades de economia e rapidez nos transportes; VI assegurar uma equitativa distribuição dos mercados, que atenda aos interesses do consumo e dos produtores; VII assentar as bases de amparo financeiro à produção, visando o seu aperfeiçoamento; VIII promover a cooperação entre os que se dedicam às atividades madeireiras; IX colaborar na padronização e classificação oficial do pinho e de outras essências florestais, na forma que for assentada com o Ministério da Agricultura; X fixar preços, dentro de limites que permitam uma justa remuneração do produtor, sem ônus excessivo para o consumidor; XI organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores do pinho; XII estabelecer normas de funcionamento, regular a instalação de serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira, de acordo com a capacidade dos centros produtores e as necessidades do consumo; XIII difundir entre os interessados o conhecimento e obrigar o uso de novos processos técnicos na indústria madeireira; **XIV promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros**; XV fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores; XVI sugerir às autoridades públicas as medidas fora de sua competência, que sejam necessárias à realização dos seus fins (BRASIL, 1942, grifo da autora).

Diversas eram as atribuições do INP, voltadas para a padronização da “produção” de pinho, formas de armazenar e transportar, busca de mercados internos e externos, regularização das serrarias de acordo com as “necessidades de consumo”. Enfim, entre tantas demandas, nota-se a ausência de atribuições relativas à conservação do ambiente florestal como um todo, a única menção que se aproximava disso era a de “promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros”. Entretanto, avaliando as práticas desse órgão no passado, não se pode considerar que o “reflorestamento” possuía uma preocupação com a conservação do ambiente florestal ou com a restauração da biodiversidade de uma Floresta Ombrófila Mista. Como afirmou Miguel de Carvalho o INP era “[...] *uma instituição fundamentalmente criada para desenvolver e promover a indústria madeireira, pois o reflorestamento e a educação florestal visavam a própria perpetuação e crescimento econômico do setor*” (2010: 177).

Quando o INP, por meio da Divisão de Florestamento e Reflorestamento, criou os Parques Florestais, não existiam estudos referentes à biologia da *Araucaria angustifolia*.

Em 1944, no distrito de Mato Castelhana, município de Passo Fundo, diversos proprietários de terras, sabendo do interesse do Instituto Nacional do Pinho em adquirir áreas de terra em Passo Fundo ou Carazinho para criar um “horto florestal”, contataram o INP para oferecer suas terras à venda (O NACIONAL, 27 set. 1946: 1). Em setembro de

1946 a venda foi realizada, o Parque Florestal José Segadas Viana foi criado e em 1947 os plantios de árvores iniciaram.

Com a substituição do Código Florestal Brasileiro de 1934 pelo novo Código Florestal Brasileiro, em 1965 e a substituição do Instituto Nacional do Pinho pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, os Parques Florestais que estavam sob administração do INP foram transformados em Florestas Nacionais. Ficaram então sob domínio do novo órgão, levando como denominação o nome dos municípios em que se localizavam. O Parque Florestal José Segadas Viana passou, portanto, a ser denominado de Floresta Nacional de Passo Fundo.

Em 1989 o IBDF foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 1992, o distrito onde se localizava a FLONA PF emancipou-se, tornando-se o município de Mato Castelhano, mas a FLONA manteve sua denominação.

Em 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que tem por finalidade a “[...] *implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União*” (BRASIL, 2007). Ele assumiu a administração das 320 unidades de conservação federais, incluídas as 65 Florestas Nacionais existentes no território brasileiro. É importante esclarecer que além das FLONAS derivadas de Parques Florestais, outras Florestas Nacionais foram criadas no Brasil, totalizando atualmente 65 FLONAS. Um exemplo é a Floresta Nacional do Tapajós, com 549.066,87 hectares, localizada no estado do Pará, no bioma Amazônia, criada em 1974 (ICMBIO, 2016).

Do ponto de vista legal, a Floresta Nacional, “*é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas*” (BRASIL, 2000). Ou seja, as florestas nacionais são entendidas pela legislação atual como unidades de conservação onde o uso dos bens naturais é permitido, desde que sejam utilizados de forma considerada sustentável e de acordo com as diretrizes previstas no Plano de Manejo da unidade.

A FLONA Passo Fundo localiza-se em um espaço onde predominaram originalmente os campos e a Floresta Ombrófila Mista ou floresta com araucária. Muitas espécies da fauna silvestre dependem dela para sobreviver, a exemplo do papagaio-charão (*Amazona pretei*) e do papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*). Além disso, o banco genético de biodiversidade existente ali é de fundamental importância, em escala local e regional, para a regeneração e manutenção da vegetação e de ecossistemas. É um local de pesquisa e de educação ambiental e patrimonial.

As florestas e a FLONA na História Ambiental

Amplas discussões ambientais ganharam atenção nas últimas décadas, tornando o meio ambiente parte da pauta de governos e de diversos grupos, ciências e campos do conhecimento. Martinez (2005) entende que isso é produto das profundas alterações que ocorreram nas relações sociais e que por consequência modificaram as relações dos humanos com o ambiente. Essas transformações colocaram parte dos historiadores diante um problema epistemológico que requereu um novo empenho crítico: a História Ambiental.

Influenciada principalmente pelo crescimento dos movimentos ambientalistas junto à crise global na década de 1970 e fruto do interesse de historiadores e biólogos dos Estados Unidos da América, a História Ambiental estuda as interações dos humanos com o meio ambiente. Pode estabelecer três níveis:

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. [...] O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o meio ambiente. [...] O terceiro nível é aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza (WORSTER, 1991: 201-202).

Natureza, organização social, economia e percepções estão interligadas nesses três níveis e possibilitam uma dinâmica que amplia as temáticas de pesquisa. Embora não seja necessária a presença de todos os níveis na mesma investigação, cada um possui a necessidade de subsídios teóricos e metodológicos de outras disciplinas, de forma que o historiador dialoga com outras áreas do conhecimento, como a ecologia, a biologia e a geologia.

Considerado como um dos fundadores da história ambiental, Donald Worster (1991: 203) explica que o diálogo com as ciências naturais é indispensável para auxiliar na reconstrução das paisagens do passado possibilitando o estudo de como funcionavam antes das transformações causadas pelos humanos. Esse diálogo, que se estabelece entre a História e outras áreas do conhecimento, constitui o alicerce fundamental dessa abordagem, isto é, a interdisciplinaridade. Isso não quer dizer que o historiador irá sobrepor estudos de áreas distintas, mas sim, auxiliar para conhecer e estabelecer conexões entre os integrantes de um mesmo ecossistema, ou seja, humanos, animais e plantas. Nas palavras de Worster “[...] qualquer reconstrução dos ambientes do passado tem que incluir não apenas florestas e desertos, jiboias e cascaveis, mas também o animal humano e o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir” (1991: 206).

Importante referência para a historiografia ambiental sobre floresta foi produzida pelo historiador brasileiro Warren Dean, autor do livro *With Broadax and Firebrand: the*

destruction of the brazilian Atlantic Forest, publicado em 1995, traduzido para o português e publicado em 1996. A escala espacial da análise de Dean foi bastante ampla e abrangeu todo o espaço correspondente ao bioma Mata Atlântica brasileira, nos "dez mil anos de ocupação humana". Dean argumentou que o encontro entre os humanos e a floresta foi extremamente trágico, estabelecendo-se uma relação de exploração e destruição.

Para Dean o processo de ocupação humana da Mata Atlântica foi tão devastador que comprometeu de forma incalculável a biodiversidade da fauna e flora presente no ecossistema florestal e que esse comportamento destruidor e devastador da espécie humana sob a floresta é resultado de que a humanidade não estaria fisicamente e biologicamente equipada para habitá-la (1996: 24). No início de sua obra, explicou que:

Nesta história, pouca menção terá o extremo norte da floresta, acima dos treze graus sul, ou do segmento montanhoso ao sul dominado por coníferas. Trata-se de limites justificáveis apenas em termos práticos; *ars longa, vita brevis*. Fontes dispersas e inacessíveis, multiplicidade de jurisdições políticas, distâncias imensas e restrições orçamentárias estenderam o tempo necessário a reunir material para este estudo truncado muito além do normalmente esperado de um único pesquisador sem assistentes. Talvez estas omissões estimulem outros historiadores a pesquisar esse vasto domínio natural de maneira local e minuciosa. Enquanto isso, o leitor não incorrerá em grande erro ao tomar essa região central pelo todo; ela contém mais de sete décimos da área da Mata Atlântica e quase todos os aspectos de sua história de assentamento humano são típicos também na área restante (DEAN, 1996: 28).

A abordagem da pesquisa de Dean concentrou-se na região da Mata Atlântica que ocupava os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que outras regiões foram pouco mencionadas, como São Francisco, Diamantina, Pernambuco, Brejos Nordestinos, e inclusive a Floresta Ombrófila Mista presente na parte sul do Brasil. Ou seja, a grande escala da pesquisa de Dean homogeneizou sua análise e dificultou que realizasse uma pesquisa que atentasse para as particularidades dos ecossistemas florestais e todas as outras relações sociais existentes neles.

Miguel Xavier de Carvalho (2010) discordou da afirmação de Dean, quanto a “tomar essa região central pelo todo” (1996: 28), o que não pode ser feito, pois a Floresta Ombrófila Mista possui características ecológicas próprias e a intensa atividade da indústria madeireira nesse ecossistema causou danos no meio socioambiental diferentes dos da “região central” da Mata Atlântica.

O estudo da relação humana com as florestas sulinas, na ótica da História Ambiental, iniciou com estudos regionais (GERHARDT, 2002, 2009; CORREA; BUBLITZ, 2006; ARRUDA, 2005) e ganhou destaque nas pesquisas promovidas pelo Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (Labimha), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação de Eunice Sueli Nodari e João Klug, que organizaram

e elaboraram diversas publicações sobre o tema (CARVALHO; NODARI, 2007; NODARI, 2012; NODARI; KLUG, 2012). Também mestrandos e doutorandos, ligados ao Labimha e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, foram autores de diversas pesquisas históricas sobre as florestas sulinas (CARVALHO, 2008; CARVALHO, 2010; SANTOS, 2011; GERHARDT, 2013, MORETTO, 2014).

Miguel Xavier de Carvalho (2010) estudou as florestas meridionais na perspectiva da História Ambiental, analisando a atuação da empresa estadunidense *Southern Brazil Lumber and Colonization*, subsidiária da *Brasil Railway* que atuou no planalto catarinense de 1910 a 1940, quando foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas. De acordo com o autor, as subsidiárias da *Brasil Railway* foram responsáveis por uma concepção de desenvolvimento que não respeitava e desprezava as conjunturas sociais locais, causando transformações nas relações culturais e ambientais. A *Lumber* em específico foi responsável por transformações profundas e até aceleradas que ocorreram na região do planalto catarinense, que resultaram no aumento da colonização e a conseqüente valorização das terras, provocando rupturas e a introdução de novos hábitos e costumes aos sertanejos que viviam ali, o extermínio da população indígena e a derrubada intensa da Floresta Ombrófila Mista.

Para Carvalho, a empresa possuía um ciclo de atividade altamente lucrativo. Ela adquiria latifúndios em áreas florestais com abundância de araucária e outras essências florestais como a imbuia (*Octoea porosa*) e a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). As áreas adquiridas geralmente localizavam-se em planícies, facilitando a deslocação das toras de árvores cortadas da floresta até as serrarias. Além da atividade madeireira, a extração e o comércio da erva-mate também foi praticado pela empresa. Outra vantagem da aquisição das terras planas é que possibilitavam a construção e o uso de ferrovias particulares que auxiliavam no escoamento da produção. Depois da retirada da madeira da área florestal, a terra “limpa” era vendida aos colonos e se tornava mais uma fonte de lucro para a companhia. Em casos em que a terra não se encontrasse “limpa” e ainda possuísse árvores, a *Lumber* estabelecia um contrato garantindo seus direitos sobre à exploração das essências florestais presentes no terreno (CARVALHO, 2010).

Em artigo recente, o geógrafo Rogério Oliveira e as sociólogas Annelise Fernandez e Marcia Dias (2015) analisaram a historicidade da paisagem agrícola e florestal do Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974, que é uma unidade de conservação de proteção integral localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O Parque Estadual possui, na sua composição florística, espécies nativas domesticadas ou manejadas e espécies exóticas introduzidas. Para os autores, a floresta que se regenerou com essa composição constitui a evidência das interações de populações passadas (etnias indígenas, caiçaras, quilombolas

entre outras) com a floresta. Além de historicizar as paisagens, trabalham na perspectiva que as legislações e estudos ecológicos é que classificam tanto as plantas quanto as pessoas, definindo o lugar de cada um, se são exóticos, invasores ou nativos em áreas de unidades de conservação.

A historiografia que aborda a relação humana com as florestas possui, portanto, apreciável trajetória e traz contribuições para compreender as sociedades humanas vinculadas ao espaço que hoje ainda denominamos de bioma Mata Atlântica. É neste quadro, da História Ambiental ligada às florestas, que se pode inserir o estudo da história da FLONA Passo Fundo. Ela possui uma composição florística e uma história singulares. Criada para a experimentação de técnicas de plantio e manejo de espécies arbóreas, esta FLONA se constituiu de remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, de áreas plantadas com espécies nativas (*Araucaria angustifolia*, *Ilex paraguariensis*), de talhões com espécies exóticas (*Pinus elliotti*, *Pinus taeda*, *Pinus chileno* e *Eucalyptus spp*) e de espaços formados pela regeneração florestal que se desenvolveu no sub-bosque desses plantios. Ou seja, ela não é uma floresta nativa ou um fragmento de paisagem que foi conservado ao logo do tempo, mas sim o resultado de um processo dinâmico que a compôs com três formações florestais distintas: remanescente, regenerada e plantada.

A FLONA PF na abordagem da História Regional

De acordo com Ana Luiza Reckziegel (1999), a história regional é praticada no Brasil desde a década de 1970, foi motivada principalmente pelo número crescente de cursos de pós-graduação nesse período e tornou-se uma alternativa para o esgotamento das macroabordagens. Possibilitou que os pesquisadores desenvolvessem estudos locais, que abordassem regiões até então pouco conhecidas nas análises mais amplas, como o Norte e o Centro-Oeste do Brasil. Para a autora, a “região”:

Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado (1999: 19).

A região é detentora de características e peculiaridades internas próprias que constituem a sua identidade própria. Entretanto, essas características não existem por si só, mas possuem uma relação, um vínculo com o todo. O todo exprime uma relação que perpassa o regional e se relaciona com o nacional e o internacional. Dessa forma a região não tem a obrigatoriedade de coincidir com limites juridicamente definidos, de uma cidade, estado, ou mesmo país. Como explicou Silva (1990), a região faz parte de um sistema de

relações, o que permite estudar uma região dentro do sistema internacional ou, devendo sempre ser realizada sua referência ao sistema global do qual foi recortada.

Realizar uma pesquisa sobre uma determinada região não significa estudá-la por si só, mas sim relacionar o espaço regional – que o pesquisador determinou – com o nacional e o global, ou seja, a região com suas características próprias não pode ser vista deslocada do todo em que se encontra inserida. Barbara Weinstein reforça que, “[...] a história regional é somente significativa com referência a nacional, e as histórias nacionais são sempre informadas por uma perspectiva regional, ou competindo com perspectivas regionais” (2003: 17).

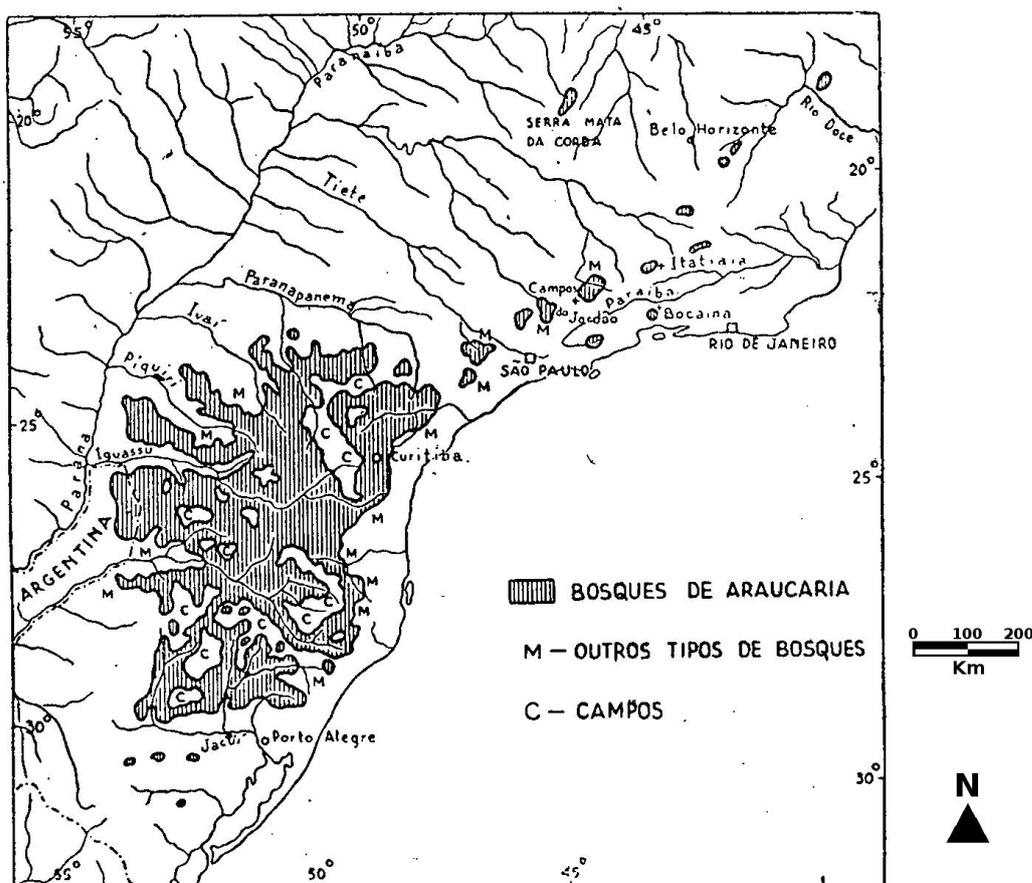
Dentro dessa perspectiva, para estudar a trajetória de constituição da Floresta Nacional de Passo Fundo, a abordagem da História Regional permite compreender as interações e as redes que se constituíram nesse espaço, que vai muito além de sua superfície física. É o espaço no qual as ações aconteceram e que tem relação com o todo. Sua origem foi a política geral do Instituto Nacional do Pinho, mas aplicada neste espaço específico conferindo-lhe características internas próprias, o que a diferenciou dos outros Parques Florestais criados em sua época. Assim, a História Regional permite recortar, definir e estudar a região do Parque e da FLONA PF, sem perder a sua ligação e articulação com o nacional.

A História Regional permite estudar as relações históricas de uma determinada região, tomando-a como delimitação para o objeto de estudo. Também a História Ambiental, define seu recorte “[...] sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas: um parque nacional, a área de influência de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.), as terras de povos nativos invadidas por migrantes europeus, etc” (DRUMMOND, 1991: 181). Nessa perspectiva, a História Ambiental se aproxima da História Regional, “pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos” (DRUMMOND, 1991: 181). “Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens ‘naturais’” afirmou José Augusto Pádua (2012: 32). No Parque Florestal José Segadas Viana e na Floresta Nacional de Passo Fundo, os humanos criaram paisagens que, ao primeiro olhar, parecem “naturais”, mas que foram planejadas, plantadas e moldadas a partir de interesses econômicos e políticas públicas nacionais.

Diogo de Carvalho Cabral escreveu que “[...] uma estratégia adequada de recorte espacial – tanto quanto a de recorte temporal – é imprescindível para o bom andamento de qualquer investigação histórica” (2007: 133). Retoma-se, portanto, a pergunta inicial: Em um estudo de História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo como fazer o recorte regional?

A partir da aproximação entre a abordagem da História Ambiental e a Regional, adotou-se dois critérios fundamentais para definir a região da pesquisa da história da Floresta Nacional de Passo Fundo. O primeiro considera o recorte fitogeográfico, isto é, a área de ocorrência endêmica da Floresta Ombrófila Mista (FOM) no sul do Brasil. Até fins do século XIX a FOM ocupava cerca de 200 mil km². O mapa da área de distribuição e habitat natural dessa tipologia florestal (Figura 1) foi definido pelo botânico Kurt Hueck (1953). Agrupamentos mais densos, denominados de “pinheirais”, concentravam-se em altitudes de 500 até 800 metros abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Outras ocorrências menos densas, denominadas de “ilhas esparsas”, encontravam-se na parte sul do estado de São Paulo adentrando no sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se encontravam em altitudes elevadas de 1.300 à 1.600 metros acima do nível do mar. Parte ainda encontrava-se em território argentino limitando-se ao território de Misiones, com altitudes de até 800 metros (HUECK, 1953). O recorte regional da pesquisa considera, portanto, a ocorrência endêmica deste tipo florestal no sul do Brasil.

Figura 1 - Área de ocorrência endêmica da Floresta Ombrófila Mista segundo Kurt Hueck



Fonte: HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. *Botânica*. São Paulo, v. 10, nov. 1953. p. 16. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/bolfflchsb/article/view/58397>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

No Rio Grande do Sul a área de distribuição endêmica da Floresta Ombrófila Mista compreendia a região montanhosa do planalto extenso do Sul brasileiro entremeada/interrompida por campos naturais com poucas ou quase nenhuma árvore, formando um mosaico florestal. Não ocorrendo abaixo de 500 metros do nível do mar, as alturas médias alcançavam até 800 metros, podendo chegar em alguns locais específicos à 1.000 metros. A ocorrência era bastante descontínua como se observa pela descrição de Hueck:

As florestas de araucárias preferem, no planalto, os lugares seguintes: 1. Tôda a margem superior livre do planalto, desde Santa Maria até o extremo noroeste. 2. A margem superior de todos os “cañons” profundamente recortados, em cujo fundo correm os rios Caí, Taquari, das Antas e Pelotas. 3. As regiões menos íngremes, colinosas, entre os riachos das nascentes do Rio das Antas. Além disso aparecem: 4. Em grupos isolados mais ou menos extensos, salpicados em todo o planalto. 5. Como árvore isolada no meio do campo e 6. Misturadas aos elementos da floresta subtropical na parte superior do Rio Uruguai, a norte de Passo Fundo e perto de Lagoa Vermelha (Rambo). Não existe quasi lugar algum em que a araucária desce abaixo do nível de 500 m. Seja qual fôr o lado de onde a gente se aproxime do planalto, as primeiras araucárias sempre são encontradas somente nas alturas (1953: 10).

Em Santa Catarina a região de ocorrência da FOM se distribuía pelo planalto catarinense em altitudes de 500 a 1.500 metros. Na costa do Atlântico apenas algumas pequenas ilhas esparsas da floresta com araucária existiam na parte do vale médio e superior do Itajaí. De acordo com Reitz e Klein:

Originalmente os pinhais mais extensos se situavam principalmente no assim chamado 1° planalto catarinense, abrangendo as áreas compreendidas desde S. Bento do Sul –Mafra –Canoinhas e Porto União e avançando em sentido sul até a Serra do Espigão e Serra da Taquara Verde, continuando em seguida pela Serra do Irani em sentido oeste (1966: 31).

Também havia presença da FOM na bacia média e superior do rio do Peixe, ao oeste do vale do rio do Peixe, em toda bacia do rio Canoas, ao norte de Xanxerê e no extremo oeste catarinense (REITZ; KLEIN, 1966).

A maior área de ocorrência natural da FOM localizava-se no estado do Paraná, com uma área que era de aproximadamente 100.000 km² na região do planalto. Encontrava-se principalmente no curso do rio Iguaçu, nascentes do Rio Piquiri e em partes da paisagem do rio Ivaí. Também em capões na região dos Campos Gerais do Paraná, Campos de Guarapuava e Campos de Palmas (HUECK, 1953. REITZ; KLEIN, 1966).

Um botânico francês que também exerceu o cargo de Inspetor Geral de Águas e Florestas das Colônias da França, André Aubreville, participou, em abril de 1948, da Conferência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, em Teresópolis RJ,

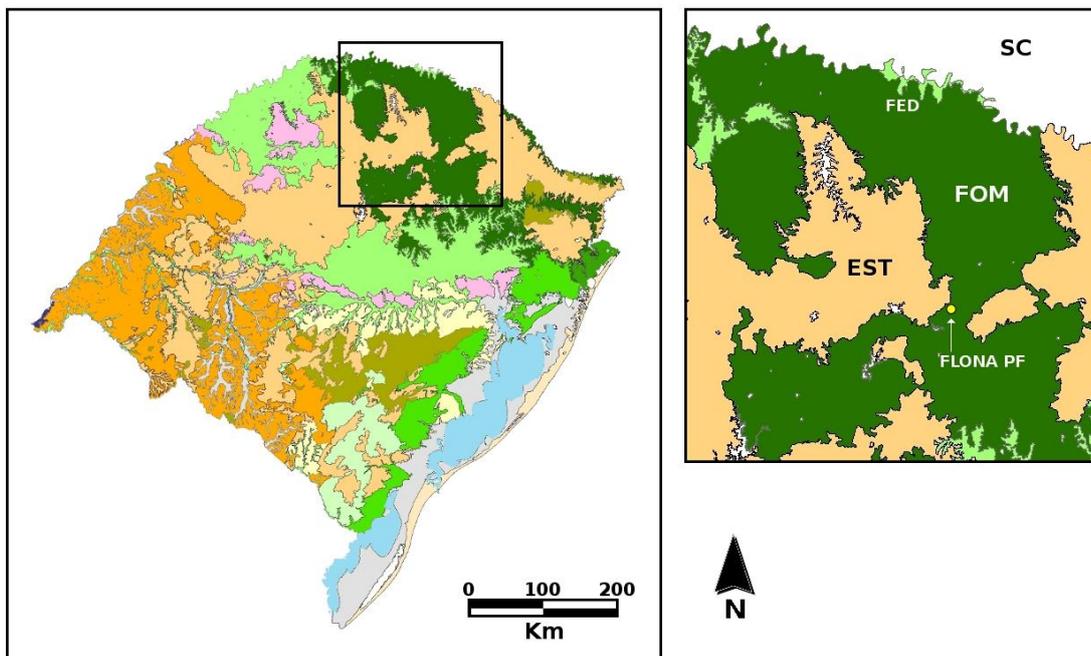
organizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), momento em que realizou uma expedição pela FOM e a descreveu:

A impressão causada pela floresta de pinheiro do Brasil é muito curiosa. Ela é formada de dois pavimentos superpostos. Um povoamento claro ou denso, de pinheiros, domina muito nitidamente uma floresta de árvores dicotiledôneas, muito densa, em geral de altura medíocre. O andar dominante de pinheiros é constituído, na maioria, de velhas árvores. Indicam, em certos casos, a média de 26 árvores por hectare [...] com um máximo de 65 árvores [...]. O andar dominado é uma floresta de árvores muito galhosas, em regra mal conformadas, com os troncos geralmente curvados e tortos. Nas baixadas, a altura das árvores é maior, o porte melhor. As epífitas, os líquens, são numerosos. As lianas não faltam, mas parecem-me menos abundantes que na floresta pluvial (“rain forest”) africana. Bambus raquíuticos emergem do sub-bosque e proliferam nas áreas exploradas. Notam-se alguns fetos arborescentes e elegantes palmeiras com estipes delgadas. O conjunto parece muito denso. A folhagem é persistente (1949: 24).

A primeira vista a FOM parecia uma floresta uniforme, composta somente por araucárias, entretanto, a FOM é composta de diversas associações florestais constituindo-se em uma floresta heterogênea. Klein (1960) definiu cinco associações: Araucária e campo; Araucária e associações pioneiras; Araucária e canela lajeana (*Ocotea pulchella*); Araucária e imbuia (*Ocotea porosa*); Araucária e Mata Pluvial.

O lugar onde foi instalado o Parque Florestal José Segadas Viana em 1946, portanto, inseria-se na grande área de presença da Floresta Ombrófila Mista, que formava mosaicos com os campos (BERNARDES, 1997) utilizados para a pecuária, como é possível observar na Figura 2.

Figura 2 - Contexto Fitogeográfico de inserção da FLONA Passo Fundo



Legenda

UNIDADES VEGETACAO

- Contato Savana - Estepe
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - arborizada com floresta de galeria
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - arbórea aberta com floresta de galeria
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - gramíneo lenhosa (campestre) com floresta de galeria
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - gramíneo lenhosa (campestre) sem floresta de galeria
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - parque com floresta de galeria
- Estepe (Campos do Sul do Brasil) - parque sem floresta de galeria
- Floresta Estacional Decidual (Floresta Tropical Caducifólia) - submontana
- Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia) - submontana
- Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial) - montana
- Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária) - altomontana
- Savana Estépica (Campanha) - parque
- Áreas de Formação Pioneira - vegetação com influência fluvial e/ou lacustre
- Áreas de Formação Pioneira - vegetação com influência marinha (restinga)



Fonte: Adaptado de: FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul – RADAM. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

O segundo critério usado para definir a região de estudo considera as relações estabelecidas pela FLONA PF, inserida em um espaço, definido pelo geógrafo Milton Santos como “*um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários*”, ou seja, o espaço “*é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais*”, ou então, “*o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a*

sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade” (1988: 25-26). O espaço é constituído também por fixos, fluxos e redes (SANTOS, 1988: 1997).

A interpretação dos dados sobre a doação, venda e troca de mudas e sementes da FLONA PF para pessoas e instituições de diversos municípios do Rio Grande do Sul, permite observar diversos fluxos, em diferentes direções, formando uma rede de relações. A partir da FLONA PF, por exemplo, existiu um fluxo de sementes e mudas de erva-mate, açoita-cavalo, cerejeira, cipreste, *eucalyptus*, tamareira, cedro vermelho, ipê, pau-brasil, uva do japão, uvaia e muitas outras espécies, nativas e exóticas, destinadas a Erechim, Lagoa Vermelha, Carazinho, Tapejara, Marau, Cruzaltinha, Vacaria e outros lugares (GUIAS DE ENTREGA, 1977-85).

Pode-se definir uma “região” de atuação e de influência da Floresta Nacional de Passo Fundo, onde houve aquisição e troca de sementes, venda ou doação de mudas e a divulgação de técnicas de plantio e de manejo florestal para instituições, agricultores e órgãos públicos. A influência da FLONA estendeu-se por diversos municípios, mas não coincidiu com a divisão administrativa destes.

O recorte regional para essa pesquisa define-se, portanto, pela combinação destes dois critérios, um fitogeográfico e outro da constituição dinâmica, pela ação humana, do espaço no qual estava a FLONA PF e da formação de novas paisagens. Define-se ainda por um “jogo de escalas”, ou seja, por fazer uma “multiplicação controlada das escalas de observação” (LEPETIT, 1998: 100), ora focando as políticas nacionais voltadas às florestas, ora detalhando as particularidades da FLONA PF, sempre interligadas.

Considerações finais

O recorte espacial constituiu-se em sintonia com a problemática, adotando um recorte fitogeográfico combinado com a área de influência da FLONA PF. O primeiro, considerou a região de ocorrência endêmica da Floresta Ombrófila Mista, onde insere-se a FLONA PF. O segundo considerou as relações sociais e mercantis – os fluxos e redes que participam da construção do espaço – que se estabeleceram a partir das práticas da unidade, desde a sua criação como um Parque Florestal.

Tanto no Parque Florestal José Segadas Viana quanto na Floresta Nacional de Passo Fundo, a “região” da unidade, a região definida para este estudo, ultrapassa a delimitação da superfície e não se limita ao espaço político-administrativo, como o município de Mato Castelhano ou Passo Fundo. Assim, a aproximação das abordagens da História Ambiental e da História Regional possibilitou estabelecer um recorte mais complexo, situado em um tempo específico, que relaciona aspectos naturais e a ação humana.

Referências e Fontes

ARRUDA, Gilmar. (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. 1ed. Londrina: EDUEL, 2005.

AUBREVILLE, André. A floresta de pinho do Brasil. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, n. 2, p. 21-35, 1949.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.124*, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3124.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.813*, de 8 de outubro de 1942. Reorganiza o Instituto Nacional do Pinho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4813.htm. Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. *Lei nº 11.516*, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Lei nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CABRAL, Diogo de Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 133-162, 2007.

CARVALHO, Ely Bergo de. *A modernização do sertão: terras, florestas, estado e lavradores na Colonização de Campo Mourão/PR, 1939-1964*. 2008. 344f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da Floresta Ombrófila Mista e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. 2010. 313f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli. Os colonos europeus e a floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu. In: ARRUDA, Gilmar; ESPINDOLA, Haruf Salmen. (Orgs.). *História, Natureza e Território*. Governador Valadares: Editora UNIVALE, 2007, p. 1-9.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2006.

CRIPF. *Certidão nº 23.875/2008*, de Transmissão do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo. Arquivo da Floresta Nacional de Passo Fundo.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental. *Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul – RADAM*. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; DIAS, Maria Cristina de Oliveira. Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 121-153, 2015.

GERHARDT, Marcos. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a História da Colônia Ijuhy*. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 2013. 290f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GUIAS de entrega de mudas e sementes FLONA PF. 1977-85. Arquivo da Floresta Nacional de Passo Fundo.

HUECK, Kurt. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica*, São Paulo, v. 10, p. 5-24, nov. 1953. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/bolfflchsb/article/view/58397>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ICMBio. Floresta Nacional do Tapajós. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ICMBio. *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo*. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011.

KLEIN, Roberto Miguel. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia*, Itajaí, n. 12, p. 17-44, 1960.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma história ambiental. *Nômadias*, Bogotá, Universidad Central Colombia, n. 22, p. 26-35, 2005.

MORETTO, Samira Peruchi. *A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*): do século XIX ao século XXI*. 2014. 431f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NODARI, Eunice Sueli. Fronteiras fluídas: florestas, Rio Uruguai e a ocupação da região. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). *História do campesinato na fronteira sul*. Porto Alegre: Editora Letras & Vida; Chapecó: UFFS, 2012.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

O NACIONAL [jornal], Passo Fundo, 1946. Arquivo Histórico Regional, Universidade de Passo Fundo

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVRES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, 1999. p. 15-23.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto Miguel. Araucariáceas. *Flora Ilustrada Catarinense*. Itajaí, 1966.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí - SC*. 2011. 259f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 3, n.1, p. 84-97, 1997.

WEISTEIN, Barbara. História Regional versus história nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparativa. *Território e fronteiras*, UFMT, v. 4, n. 1, p. 23-31, 2003.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Recebido: 09/04/2016

Aprovado: 21/05/2016